

# ADUFCG DENUNCIA ATAQUES DA REITORIA CONTRA PROGRESSÕES AO MP

Diante da lentidão em apresentar qualquer resposta aos professores sobre os questionamentos do sindicato sobre os ataques aos direitos de progressão e promoção de carreira, a diretoria da ADUFCG, por meio da assessoria jurídica da entidade, protocolou no dia 14 de março um pedido para que o Ministério Público Federal apure irregularidades e o descumprimento da legislação que regulamenta a carreira docente.

Há seis meses a ADUFCG cobra da Reitoria da UFCG e da Procuradoria da Advocacia Geral da União – AGU na universidade uma resposta a uma série de questionamentos sobre a postura da gestão da instituição em relação aos processos de progressão e promoção. Até o momento nenhum documento oficial sobre o assunto chegou a entidade. Os questionamentos do sindicato foram protocolados na Reitoria no dia 05 de setembro de 2018.

Os questionamentos apresentados pela ADUFCG são direcionados à postura da Reitoria de restringir os direitos dos professores (as) às progressões e promoções, com base na nota técnica do Ministério do



Planejamento nº 2556/2018. O reitor Vicemário Simões informou ao sindicato no dia 13 de novembro, que a Reitoria só mudará sua forma de agir amparada num parecer da Procuradoria da AGU.

O procurador da AGU na UFCG, Marcelo Borges, informou no dia 05 de novembro, via whatsapp, à presidente da ADUFCG, Profa. Luciana Leandro, que só recebeu a documentação do Sindicato no dia 29 de outubro. Na primeira semana daquele mês, ele concluiu seu parecer, mas até o momento o Sindicato não recebeu nenhuma resposta da Reitoria.

Diante de mais uma tentativa em vão de diálogo com a Reitoria da UFCG, a categoria docente deliberou, em sua última assembleia, que a ADUFCG entre com

uma representação no Ministério Público. Procurando dar celeridade a este importante encaminhamento, a diretoria da ADUFCG já solicitou à assessoria jurídica acionar os dispositivos legais que sejam cabíveis.

Na reunião do Colegiado Pleno do dia 26 de março, a ADUFCG reforçou a cobrança a Reitoria por respostas e recebeu a informação que a Reitoria se pronunciará oficialmente quando a CPPD terminar de avaliar todas as certidões que foram citadas pelo Sindicato no seu questionamento.

Diante da demora da resposta da Reitoria aos docentes, a diretoria da ADUFCG, no dia 12 de fevereiro, entrou com uma reclamação da Ouvidoria da UFCG. Até o momento o órgão não respondeu o sindicato.



**ADUFCG entrar com ação judicial contra corte de benefício de aposentados** \_\_\_\_\_ **02**

**Dia Internacional da Mulher em CG foi marcado pelo Bloco das Mulheres** \_\_\_\_\_ **04**

## ADUFCG entra com Ação Judicial contra corte de benefício de Aposentados

A assessoria jurídica da ADUFCG entrou com uma ação judicial para garantir o benefício que muitos professores(as) aposentados(as) e pensionistas possuem, conseguido através artigo 192 do Regime Jurídico Único. A ação foi aprovada na assembleia geral da entidade, no dia 13 de dezembro de 2018.

A iniciativa de mover a ação judicial foi tomada porque a SRH da UFCG informou no dia 06 de fevereiro à diretoria da ADUFCG que realizaria o desconto determinado pelo Ministério do Planejamento na folha de fevereiro, o que terminou não ocorrendo, mas a prévia da folha de março já confirma a realização do corte.

### ENTENDA O CASO:

A redução de valores foi determinada pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do Ministério do

Planejamento. O benefício previsto no artigo 192 do RJU vigorou até outubro de 1997, quando foi revogado pela lei 9.527. O benefício previa que os professores se aposentassem com a remuneração da classe imediatamente superior daquela do momento da aposentadoria.

O entendimento do Ministério do Planejamento é que a remuneração do padrão de classe previsto na lei 8.112/90 não inclui a Retribuição por titulação – RT e anuênios, mas apenas o vencimento.

Outra justificativa do Ministério é que a Retribuição por titulação – RT foi instituída pela lei 12.772/12, em data posterior a Instrução Normativa nº 11/2010 da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, que determina que para efeito de cálculo das vantagens a remuneração do padrão/classe é o vencimento básico.



## ADUFCG cobra explicações da SRH sobre corte de adicionais de insalubridade, periculosidade e outros

A ADUFCG voltou a cobrar da SRH/UFCG explicações sobre o corte do pagamento de adicionais de insalubridade, periculosidade e outros. A SRH informou que o desconto foi implantado na folha de março e isso foi confirmado na prévia do contracheque de inúmeros docentes. No início de fevereiro, ele divulgou a ocorrência de uma falha no sistema de pagamento da universidade em janeiro.

Diante da confirmação do corte dos adicionais, a orientação do sindicato é que os professores busquem a Assessoria Jurídica da entidade, para elaborar uma ação judicial conjunta, como também intensifiquem sua participação nas assembleias e outras atividades

de mobilização contra os ataques aos direitos da categoria.

Devido à informação repassada em fevereiro pela SRH, a diretoria do sindicato decidiu encaminhar um ofício ao órgão, exigindo por escrito, uma previsão para a resolução do problema, mas alertou aos docentes para que ficassem atentos a legislação vigente sobre o tema, pois existe uma forte tendência ao corte ou redução dos benefícios no atual governo.

A legislação atual prevê que apenas os servidores que estiverem submetidos as condições de insalubridade ou periculosidade por um período superior a metade (50%) de sua carga horária terão direito ao benefício.

## OAB entra com ADI contra MP(873) que tenta acabar com descontos em folha para sindicatos

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a medida provisória 873/2019. A ADI foi protocolada no dia 12/03. O ANDES-SN entrará com pedido de Amicus Curiae na ação.

A MP 873/2019 foi publicada pelo governo federal no dia 01 de março. A medida altera artigos da CLT e do Regime Jurídico Único, com o objetivo de restringir a arrecadação das entidades sindicais.

Para a OAB, o objetivo da MP é dificultar o processo de organização e manifestação da sociedade civil pelas entidades representativas de trabalhadores. Por isso, pede na ADI, que o Supremo suspenda, na íntegra, os efeitos do texto da Presidência da República.

De acordo com a circular 074/19 enviada pela secretaria do ANDES-SN nesta quarta (13), a ADI foi elaborada com a participação da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN. Compuseram também a peça jurídica outras assessorias do funcionalismo público federal. A circular ressalta que a Ação constitui-se em um importante documento de substância jurídica e política.

“Informamos que o ANDES-SN entrará com o pedido de amicus curiae na ADI e orientamos que as ações em primeira instância sejam mantidas até a consecução de um resultado positivo sobre a ADI interposta pela OAB”, explica. Confira aqui a íntegra da Ação.

## Dia Internacional da Mulher em CG foi marcado pelo Bloco das Mulheres

Centenas de mulheres ocuparam as ruas de Campina Grande no Dia 08 de Março, cobrando o fim da violência de gênero, defendendo a previdência pública e das liberdades democráticas. A iniciativa fez parte das atividades do Dia Internacional da Mulher em Campina Grande foi marcado pelo desfile do Bloco das Mulheres. A principal bandeira de luta do evento foi “Pela Vida das Mulheres. Somos todas Marielle”.

A organização do Bloco das Mulheres também convidou a população a participar e a se engajar na luta pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou o orçamento federal por 20 anos; da reforma trabalhista e da lei da terceirização e contra a pobreza, o racismo, o machismo, a homofobia e a lesbofobia.

O Local de concentração do Bloco foi a Praça da Bandeira. Em seguida, o Bloco saiu em marcha pelas ruas do Centro, com encerramento no viaduto da Avenida Floriano Peixoto, onde as manifestantes descerraram faixas com Lula Livre e Marielle Vive e lembraram de mulheres vítimas da violência.

A organização Bloco das Mulheres incluiu alas temáticas relacionadas a pauta de reivindicação do 8M 2019, na seguinte sequência: 1) Marielle Vive ; 2) Cruzes ( Ala Pela vida das mulheres); 3) Batuque (Nenhum minuto de silêncio por nossas mortes); 4) Lama ( Ala contra o agronegócio e as barragens); 5) Direitos ( Ala contra a privatização e destruição dos direitos e previdência); 6) Sonhos ( Ala Lula Livre, Agroecologia, Direitos da previdência); 7) Fanfarra;



## Milhares de mulheres cobram fim da violência de gênero e defendem agroecologia



“Machismo Mata!”, “Quem matou Marielle?”, “Um outro mundo é possível”, “A carne mais barata do mercado é a carne negra”. Frases como essas divulgadas individualmente possuem a força para questionar, mas ditas e repetidas por milhares de mulheres durante mais de cinco horas seguidas comprovam que elas representam uma parte cada vez maior da resistência e da cobrança por transformações sociais.

Este foi o cenário da 10ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, realizada na cidade de Remígio-PB, pelo Polo Sindical da Borborema e AS-PTA. Mais de seis mil mulheres das zonas rural e urbana de municípios do agreste, brejo e cariri paraibanos participaram do evento.

A ADUFCG esteve presente levando um ônibus com professores e estudantes, em apoio ao evento e as suas bandeiras de luta. O principal

questionamento da entidade foi “Quem matou Marielle?”, cobrando o esclarecimento completo do assassinato da ex-vereadora carioca e de seu motorista, Anderson Silva, ocorrido há mais de um ano.

Os participantes da Marcha iniciaram o evento às 8h com concentração no campo de futebol “O Dedezão”. No palco foi realizada a apresentação de uma peça de teatro que mostrou o cotidiano das mulheres agricultoras e negras que buscam no trabalho doméstico uma oportunidade de sobrevivência e lá sofrem diversas violências e preconceitos.

Em seguida a Marcha percorreu as principais ruas de Remígio, ao som de canções de luta. O encerramento ocorreu no Parque da Lagoa, no Centro da cidade, em um segundo palco. Uma presença marcante no evento foi o show da cantora e cirandeira, Lia de Itamaracá.



expediente: Informativo da ADUFCG: Unificar, Lutar e Resistir (2017 - 2019)

Diretora presidente: Luciana Leandro da Silva UAED/CH  
 Diretor secretário: José Irelânio Leite de Ataíde UAEDuc/CDSA  
 Diretor tesoureiro: Wallace Gomes Ferreira de Sousa UACIS/CDSA  
 Diretor social: Tiago Iwasawa Neves UAPI/CCBS  
 Diretor cultural: Francisco da Cunha Metri UAAM/CH  
 Diretor para assuntos de aposentados: Thiago Romeu de Sousa UAG/CH  
 Primeiro suplente: Denise Xavier Torres UAEDuc/CDSA  
 Segundo suplente: Angela Metri UACS/CH

Secretaria adjunta do campus de Cuité: Francinalva Dantas de Medeiros (CES)  
 Secretaria adjunta do campus de Sumé: Ranoel José de Sousa Gonçalves (UAtec/CDSA)  
 Secretaria adjunta do campus de Pombal: Francisco Hevilasio Freire Pereira (UACA/CCTA)  
 Secretaria adjunta do campus de Sousa: Reginaldo Pereira França Júnior (CCJS)

Jornalista Responsável: Fred Oliveira – DRT 956/PB

Av. Aprígio Veloso, 882 - Bodocongó Campina Grande-PB (83) 3333-1032 | www.adufcg.org.br

